

## **A Reativação de Vínculos Familiares e Comunitários e a Construção de Capital Social no Trabalho da Pastoral da Criança**

**Claudia Maria do Nascimento,**  
[clauasc@yahoo.com.br](mailto:clauasc@yahoo.com.br)  
PUC-SP

**Luciano Antônio Prates Junqueira**  
[ljunq@pucsp.br](mailto:ljunq@pucsp.br)  
PUC-SP

### **RESUMO**

O capital social é o resultado das ações positivas das pessoas em suas relações sociais. Cada vez que um indivíduo ajuda outro, cresce o capital social. O contrário também é válido, se as pessoas não colaboram umas com as outras, o capital social diminui. No Brasil, hoje, podemos dizer que há baixa participação social, marcada mais pela ausência de uma cultura de ajuda mútua e pela herança histórica de clientelismo e familismo, do que pela falta de solidariedade. A Pastoral da Criança tem como proposta primeira a redução da mortalidade infantil em comunidades pobres. A organização, por meio de líderes comunitários, acompanha gestantes e crianças de zero a seis anos. A pesquisa aqui apresentada, de natureza qualitativa, foi elaborada por meio de entrevistas com voluntários e por observação participante. O objetivo da pesquisa foi verificar, por meio do relato dos voluntários, se intervenção da organização tem contribuído para o aumento dos estoques de capital social.

### **INTRODUÇÃO**

Uma das expressões da pobreza é a presença de altos índices de desnutrição e de mortalidade infantil. Segundo alerta de um informe da organização Pan-americana de Saúde e da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina) “em quase todos os países da América Latina observa-se um aumento das doenças não transmissíveis crônicas associadas à alimentação e nutrição” (CEPAL, 1998).

Também segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (PNUD, 2003), são indicadores de pobreza não somente os fatores ligados à posse de bens materiais, mas também fatores ligados à falta de acesso a educação, à saúde, a mortalidade, a curta longevidade, a exclusão, a falta de dignidade e de liberdade.

Em relação às altas taxas de mortalidade infantil, podem-se correlacionar outros indicadores que, por sua vez, mostram que uma localidade está com sérios problemas de desenvolvimento social, influenciando diretamente os índices de mortalidade infantil. Esses fatores são: baixa escolaridade dos pais, falta de saneamento básico, dificuldade de acesso ao sistema de saúde. Ou seja, mesmo que a criança sobreviva ao primeiro ano de vida, esta não recebe a alimentação correta, nem condições mínimas de higiene e saúde suficientes para se desenvolver. Num primeiro estágio, a desnutrição lhe acarretará atrasos no crescimento e no desenvolvimento cognitivo e psicológico.

Existem dois tipos de ação que trabalham para melhorar os quadros de mortalidade infantil: as ações responsivas e as preventivas. Entre as responsivas estão as doações de cestas básicas, campanhas de socorro a desabrigados, distribuição de leite ou remédios. Entre as preventivas estão as ações educativas sobre nutrição, amamentação, importância do pré-natal, o acompanhamento feito por agentes de saúde e por líderes comunitários.

Assim, as políticas públicas voltadas para a redução da mortalidade infantil deveriam levar em consideração o papel fundamental desempenhado pela família na prevenção de óbitos infantis. A atenção integral à mulher e o fortalecimento das competências familiares podem ajudar a diminuir consideravelmente o risco de vida das crianças. “As competências familiares são entendidas como o conjunto de conhecimentos, práticas e habilidades necessário para promover a sobrevivência, o desenvolvimento, a proteção e a participação das crianças. São competências que as famílias já possuem, mas, em muitos casos, precisam ser fortalecidas. As competências familiares envolvem desde a preparação adequada antes do nascimento até ao estímulo psicossocial da criança, o seu desenvolvimento cognitivo, a capacidade de identificar sinais de doença e tomar as providências necessárias, assim como a promoção da paz e a prevenção da violência” (UNICEF, 2003:17).

Existem no Brasil iniciativas governamentais e não-governamentais voltadas à promoção dessas competências. Três exemplos de grande abrangência são o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (Pacs), que são parcerias do Governo Federal com as Prefeituras, e o trabalho da Pastoral da Criança, parceria entre o Governo Federal e a sociedade civil.

O objetivo desse artigo é verificar como o voluntário da Pastoral da Criança, por meio das ações educativas visando a redução da mortalidade infantil, reativa os vínculos familiares na perspectiva da transformação social com vistas à melhoria da qualidade de vida. O artigo discute ainda o capital social e seu papel para o fortalecimento das relações familiares e os vínculos que resultam desse processo. Em seguida apresenta a pesquisa realizada junto aos voluntários da Pastoral da Criança na cidade de Santos, SP.

A Pastoral da Criança atua em contato direto com famílias de comunidades pobres e oferece orientações aos pais e familiares sobre os cuidados necessários com os filhos estimulando as competências familiares. A organização, por meio dos seus líderes comunitários, incentiva a cultura de ajuda mútua e pode estar, indiretamente, sendo uma forte estimuladora de capital social em comunidades carentes, pois desperta as pessoas para a importância da cooperação familiar – no caso das famílias beneficiadas – e da participação comunitária – no caso dos líderes comunitários.

## 1. CAPITAL SOCIAL E A FAMÍLIA

Pierre Bourdieu, sociólogo (1980:67), afirmou que a fonte de prosperidade de um indivíduo ou comunidade estaria na quantidade dos diferentes capitais (cultural, econômico ou social) acumulados por herança ou por esforço pessoal/grupal. De acordo com o Banco Mundial há quatro formas básicas de capital: “o natural, constituído pelos recursos naturais; o capital construído, gerado pelo ser humano (como infra-estrutura, bens de capital, financeiro, comercial etc.); o capital humano determinado pelos graus de nutrição, saúde e educação da população; e capital social determinado pelo grau de interação e de confiança entre os membros do grupo” (KLIKSBURG, 2001:112).

Para explicar o termo de uma maneira simples, o capital social pode ser considerado como o resultado das relações de cooperação entre as pessoas. Exemplo, quando alguém pedir ajuda, você pergunta “O que eu ganharei em te ajudar?” a resposta poderá ser: “Você ganhará capital social”.

Dentro de um determinado grupo, as práticas e políticas de reciprocidade e de ajuda mútua geram capital social. Capital social é uma espécie de moeda simbólica que pode ser usada pelos indivíduos sempre que for preciso. Mas para ter direito a essa moeda, o beneficiário deverá fazer jus a ela, ou seja, deverá cooperar também. Segundo Putnam (1996:179) e Bourdieu (1980:69) este é o tipo de capital que só aumenta quando é usado, ao contrário dos outros tipos de capital que são finitos e se desgastam.

Bourdieu (1980:67) conceituou capital social como “o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de inter-conhecimento ou de inter-reconhecimento”. Entre os grupos as ligações são feitas por meio de trocas materiais ou simbólicas.

Para Putnam (1996:186), “os estoques de capital social, como confiança, normas e sistemas de participação tendem a ser cumulativos e a reforçar-se mutuamente. Os círculos virtuosos redundam em equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo”. O autor, em sua comparação entre o norte e o sul da Itália, relaciona o crescimento dos estoques de capital social à capacidade que os indivíduos têm de se associarem em instituições civis, como sociedades orfeônicas, partidos, clubes, igrejas entre outros, que são refletidos no seu comportamento social e cívico. A cultura de associativismo indica que uma sociedade tem capacidade para atuar cooperativamente, armar redes, acordos e sinergias.

Com Coleman (1990:307) o capital social se apresenta tanto no plano individual como no coletivo, e é de propriedade de ambos. No individual, tem relação com o grau de integração social de um indivíduo, sua rede de contatos sociais, relações e expectativas de reciprocidade, comportamentos confiáveis. No entanto, é também um bem coletivo. Por exemplo, se todos numa vizinhança seguirem normas tácitas de zelar pelo outro e de não-agressão, as crianças poderão caminhar até a escola com segurança, e o capital social estará produzindo ordem pública, ordem que pertence a todos os residentes da comunidade.

Para se ter direito de participar de um grupo, o indivíduo terá que aceitar as normas e regras internas pertencentes a este grupo. Essas regras e normas geralmente são informais e internalizadas pelos participantes. Putnam (1996:177) afirma que essas regras e normas contribuem para aumentar a eficiência da sociedade. Coleman (1990:203) fala que a confiabilidade que os indivíduos depositam uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e confiança.

A reputação do indivíduo funciona, muitas vezes, como moeda de troca. Por isso costumamos dizer que a fama nos precede. Em sociedades de crédito rotativo, como as estudadas por Putnam (1996:178-9) na Itália, muitos integrantes não tinham um bem físico para dar como garantia de um empréstimo. Assim, a garantia era acionada pelos “recursos morais” do indivíduo. O tomador do empréstimo estava ciente dos riscos do descumprimento com sua palavra, uma vez que foram colocados em jogo sua reputação de honestidade e confiabilidade. Fatores esses que, uma vez perdidos, eram muito difíceis de serem recuperados.

Contudo, a confiança necessária para fomentar a cooperação não é uma confiança cega. Confiar implica em prever o comportamento de um ator independente. Drasgputa afirma que “você não confia que uma pessoa (ou entidade) fará alguma coisa simplesmente porque

ela disse que iria fazer. Você só confia porque, conhecendo a disposição, as alternativas, as conseqüências, a capacidade dela tudo mais, você espera que ela preferirá agir assim” (Drasgputa apud PUTNAM, 1996:180).

Bourdieu (1980:68) defende que a concentração de capital social traz lucros proporcionados pelo pertencimento a um determinado grupo – lucros materiais, serviços assegurados por relações úteis e lucros simbólicos. O volume de capital social acumulado depende da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) que é de posse exclusiva daqueles a quem está ligado. O acúmulo depende também da instauração e manutenção da rede para produzir e reproduzir relações duráveis e úteis. Os lucros que o pertencimento a um grupo proporcionam estariam na base da solidariedade.

As regras sociais, segundo Coleman (1994:251), transferem do ator para outrem o direito de controlar uma ação, normalmente, porque tal ação tem externalidades, isto é, conseqüências, sejam elas positivas ou negativas, para outrem. Essas regras são incutidas e sustentadas tanto por meio de condicionamento e socialização (educação) quanto por meio da imposição de sanções.

Quando, em uma sociedade, os indivíduos não são capazes de cooperar e confiar uns nos outros, o grupo pode recorrer a um terceiro, podendo ser este pode uma pessoa, uma instituição, ou o Estado. A essa terceira pessoa, Hobbes deu o nome de Leviatã (PUTNAM, 2000:175). Bourdieu (1980:69) alerta que se o poder de um grupo for concedido a um integrante, corre-se o risco desse mandatário utilizar esse poder contra, e não a favor do grupo.

Portanto, pode-se afirmar que o capital social é um ativo social que gera ganhos sociais e materiais, tanto para o indivíduo quanto para o grupo ao qual pertence. Quando numa rede de relacionamentos, sejam eles mercadológicos ou não, há comprometimento das partes, é mais difícil cooperar quando não existe um contrato formal pré-estabelecido na relação. Por essa razão que, quando se menciona capital social, remete-se imediatamente à internalização de normas e regras informais. Essas regras, por não serem escritas, devem ser claras e condizentes com o objetivo do grupo. Cultivar hábitos como a confiança, reciprocidade e solidariedade fazem com que se ingresse em um círculo virtuoso de cooperação que fará aumentar os estoques de capital social. Contudo, para que o cultivo de “boas atitudes” apresente bons resultados, este depende do controle social sobre as ações dos indivíduos. Este controle não deve ser feito por terceiros ou delegado a uma pessoa ou grupo específico, pois este controle é função de todos os integrantes. Estes são responsáveis não somente por seus atos, mas pelo respeito de todos aos objetivos coletivos do grupo. Todos devem ter a consciência de que, se alguém não fizer a sua parte, o grupo não prosperará.

A não cooperação também é considerada como um fator de organização de uma sociedade. Castells (1999:23) menciona que da falta de confiança, surge a alienação entre os grupos e indivíduos. Um passa a considerar o outro como estranho e depois de algum tempo, como uma ameaça. Nesse processo, a fragmentação social se propaga a medida que as identidades coletivas tornam-se cada vez mais difíceis de compartilhar. Neste momento a deserção, a desconfiança, a omissão, a exploração, o isolamento, a desordem e a estagnação intensificam-se reciprocamente.

A desconfiança generalizada nas pessoas e nas as instituições, a cultura do nepotismo e a corrupção presente no poder público e no privado forçaram as pessoas a reduzir ao mínimo o “raio de confiança” e a desconfiar de todos, inclusive daqueles que tentam ajudar. Outro efeito da falta de confiança é o detrimento das normas coletivas em nome do interesse pessoal. O acultramento dentro dos grupos sociais geralmente é internalizada pela

observação e repetição e pela aplicação de sanções aos infratores. Se um comportamento aparentemente inocente como sonegar informações na declaração de imposto de renda ou ultrapassar um farol vermelho, não for punido adequadamente, pode gerar uma reação em cadeia resultando num entendimento comum onde os interesses pessoais passam a ser mais importantes do que o bem estar coletivo.

A cada nova geração, o ser humano defende as idéias e ideais de seu tempo procurando romper regras que lhe soam injustas, irrelevantes ou ultrapassadas. Essa insatisfação está ligada à procura da maximização da liberdade, porém, a sociedade necessita constantemente de novas regras que permitam formas de empreendimentos cooperativos e que façam com que se sintam ligados uns aos outros, conectados, em comunidade. Uma sociedade dedicada à constante abolição de normas e regras em nome do aumento da liberdade de escolha individual tende a se tornar cada vez mais desorganizada, atomizada, isolada e seus componentes poderão se tornar incapazes de levar adiante metas e tarefas coletivas.

Capital social não se faz com um conjunto de leis formais e impostas, mas sim, de acordos informais que possibilitem o comportamento cooperativo. As comunidades possuem meios formais e informais para estabelecer normas e controlar ou punir os desvios. Um exemplo, umas das formas de controle da criminalidade não é uma força policial grande e repressiva, mas uma sociedade que leva seus jovens a obedecer à lei e que traz os infratores de volta ao corpo da sociedade por meio de ações comunitárias, educativas informais. Em sociedades autoritárias ou totalitárias, o indivíduo muitas vezes obedece à lei de forma mais estrita que as pessoas pertencentes a sociedades democráticas, contudo, não se pode afirmar que o respeito ao sistema autoritário representa necessariamente uma abundância de capital social, muito pelo contrário, o cumprimento das normas reflete o medo das punições aplicadas pelo Estado.

Existem sociedades em que a cultura da cooperação é escassa onde geralmente os círculos de amizade (respeito e cooperação) são restritos às famílias. Famílias fortes e fechadas produzem pouco capital social pois existe uma diferença grande entre o que se pratica dentro e fora da “família”. Há produção e estoque de capital social, mas a produção e o consumo deste se faz somente dentro da família e mesmo assim, em níveis hierárquicos. Fora do círculo, os indivíduos não sentem a necessidade de ajudar o próximo, de respeitar regras. Um exemplo claro desse tipo de comportamento são as organizações mafiosas.

Toda sociedade possui algum tipo de capital social. A diferença entre as sociedades está no que é chamado de amplitude do “raio de confiança”. As famílias tradicionais são fontes de capital social. Mas a força dos laços familiares se difere de uma sociedade para outra, e também varia em relação a outros tipos de obrigações sociais. Em alguns casos, parece haver uma espécie de relação inversa entre os laços de confiança e reciprocidade dentro e fora da família: quando um é forte, o outro tende a ser fraco.

Hoje, percebe-se que à medida que as sociedades se modernizaram, a família diminuiu de importância, sendo substituída por formas mais impessoais de laços sociais. Em uma sociedade moderna, é mais fácil recorrer a uma empresa privada, do que a um parente. As organizações empresariais modernas, por sua vez, possuem em seu quadro de funcionários colaboradores que satisfazem critérios objetivos ou passaram por exames formais.

De fato a família diminuiu sua importância em praticamente todas as sociedades que se modernizaram. Na América colonial, a família era uma unidade produtiva básica, produzindo não apenas alimento, mas também construções e artefatos domésticos. A família, devido ao isolamento físico, educava seus filhos, cuidava de seus idosos e também era sua própria fonte de entretenimento. Nos anos subsequentes, com as eras modernas e

industrialização em massa, as funções foram transferidas; homens e mulheres começaram a procurar emprego fora de casa, os filhos foram para escolas públicas, os idosos moram sozinhos ou em asilos e o entretenimento proporcionado por empresas comerciais. No final do século XX, a família havia sido reduzida ao seu núcleo de duas gerações (pais e filhos) e o único papel que lhe restou foi a função reprodutiva (FUKUYAMA, 2000:48).

O individualismo, a virtude básica dos modernos, começa a tomar seu lugar, passando da orgulhosa auto-suficiência de pessoas livres para uma espécie de egoísmo fechado, em que a maximização da liberdade pessoal, sem consideração pelas responsabilidades para com os outros, torna-se um fim em si mesma. O perigo dessas sociedades é que as pessoas de repente se vêem socialmente isoladas, livres para se associarem com qualquer outra, mas incapazes de assumir os compromissos morais que irão ligá-las a outras pessoas em comunidades verdadeiras.

Nesse novo contexto, mais liberal, individualista e com amplas possibilidades, as pessoas podem se confundir diante de tanta liberdade. Não se associam mais a clubes, partidos ou igrejas e os vínculos não têm objetivo de criar laços perenes. Se, nas relações, surgirem dificuldades de qualquer espécie, grandes ou pequenas, pode-se facilmente quebrar um contrato ou um acordo, uma vez que há a certeza (ou a ilusão) que a liberdade lhes possibilita encontrar algo melhor adiante.

O desafio de fazer com que os indivíduos cooperem uns com os outros, deveria ser o principal objetivo da política de crescimento de qualquer localidade e país. O incentivo à formação de redes de cooperação e à manutenção dos vínculos entre as pessoas é uma das formas de se reduzir custos com a fiscalização, aumentar a produtividade, manter as pessoas motivadas, enfim, de aumentar os estoques de capital social.

### 3. O CAPITAL SOCIAL E A ORGANIZAÇÃO EM REDE

“Redes sociais são redes de troca de conteúdo específico envolvendo a transferência de artigos como informação, sentimentos, conselhos, ou coisas mais tangíveis como bens e serviços. Essas redes podem ser constituídas de um conjunto de atores – indivíduos ou organizações – que trocam recursos entre si” (CARDOSO e GUIMARÃES, 2005). Esta troca ocorre em espaços físicos ou virtuais, mas é essencial salientar que sempre há a necessidade do encontro para que se realizem as trocas.

A grande dificuldade para compreensão da organização em rede se dá pelo fato de que hoje se inicia, de acordo com Dowbor, “uma gradual e penosa transição de sistemas tradicionais verticais, complementados por um volume moderado de acordos de cooperação horizontal, para articulações policêntricas cada vez mais complexas, mais próximas da teoria das redes do que dos manuais tradicionais de teoria geral da administração” (DOWBOR, 2002).

O problema de como coordenar todos os participantes em uma organização complexa pode ser resolvido com a organização em rede. Entende-se rede aqui como uma forma de ordem espontânea que emerge como resultado das interações descentralizadas entre indivíduos e/ou instituições. Sem ser criada por qualquer autoridade, a rede surge e se mantém apenas pela vontade e interesse coletivo dos indivíduos que a compõe, portanto depende do capital social existente no grupo. A rede envolve a transferência da função de coordenação

das regras burocráticas formais para normas sociais informais. A autoridade não desaparece, ela é interiorizada permitindo, assim, a auto-organização e o auto gerenciamento.

Putnam (1996:182-3) afirma que toda sociedade se caracteriza por sistemas de intercâmbio e comunicação interpessoais, tanto formais quanto informais. Alguns desses sistemas são horizontais, congregando agentes que tem o mesmo *status* e o mesmo poder. Outros são basicamente verticais, agrupando agentes desiguais em relações assimétricas de hierarquia e dependência. Na realidade quase todos combinam ambas as características. O sistema vertical, por mais ramificado e por mais importante que seja para seus membros, é incapaz de sustentar a confiança e a cooperação. O autor afirma, ainda, que os fluxos verticais costumam ser menos confiáveis que os fluxos horizontais, em parte porque o subalterno controla a informação para precaver-se contra a exploração. E o que é mais importante: as sanções que resguardam as regras de reciprocidade da ameaça do oportunismo dificilmente são impostas de baixo para cima e, mesmo que sejam, dificilmente são acatadas. Em uma organização vertical, somente um subalterno ousado ou imprudente, sem vínculos de solidariedade com seus iguais tentaria punir um superior.

“Uma rede é um grupo de agentes individuais que têm em comum normas ou valores além daqueles necessários às transações habituais de mercado” (FUKUYAMA, 2000:209). Seus integrantes estão muito mais dispostos a se engajar em trocas recíprocas que vão além das relações comerciais. Os membros de uma hierarquia formal não precisam dividir entre si normas e valores além dos estabelecidos pelo contrato de trabalho; entretanto nas organizações formais podem estar superpostas com redes informais de vários tipos.

Para entender como se dá a coexistência entre a rede e a organização vertical, remetemos à abordagem sistêmica. A teoria afirma que nenhuma organização viva e complexa é um sistema puro, ela depende de integrações e inter-relacionamentos com outros sistemas para ser uma estrutura adaptativa e auto-generativa (CAPRA, 1996).

Uma rede social, assim como um tecido, é uma malha de relacionamentos cujos vínculos possuem densidades diversas. Granovetter (1973:201-2) ao falar sobre vínculos, diferencia a função dos laços fortes e dos laços fracos para a eficácia das redes. Muitas vezes indivíduos fora dos padrões, que se movimentam entre comunidades diferentes, são os responsáveis por trazer idéias heterodoxas necessárias para que um grupo se adapte com sucesso às mudanças do ambiente. Ele também observou que os vínculos interpessoais fortes, como parentesco e amizade íntima, são menos eficientes do que os vínculos fracos, como conhecimentos e afiliação a associações secundárias, para sustentar a coesão comunitária e a ação coletiva. Os vínculos fracos têm maior probabilidade de unir membros em pequenos grupos diferentes do que os vínculos fortes.

Granovetter (1973:202) afirma também que os laços fracos formam uma ponte entre dos grupos com laços fortes. Portanto, para se ampliar o raio de confiança de um grupo coeso, faz necessário a existência de laços fracos. Contudo, sem primeiro formar uma base firme (com laços fortes), como por exemplo a família, para que depois se multipliquem os vínculos fracos, a rede não será um todo eficiente. Sem esquecer, também, que ao se privilegiar os laços fracos tende-se a cair no individualismo, no egoísmo social. Portanto, para que haja prosperidade em uma comunidade e que seus estoques de capital social possam efetivamente aumentar, exige-se que haja certa dosagem entre a prevalência de laços fracos e fortes. Uma vez que se houver muitos laços fortes tender-se ao familismo, e, por outro lado, se os laços fracos forem privilegiados, acaba-se no atomismo social.

Nesse sentido essa discussão contribui para o melhor entendimento do trabalho da Pastoral da Criança que, por meio de líderes comunitários, realiza intervenções junto à

famílias de comunidades carentes, abordando principalmente a reativação dos vínculos familiares.

#### 4. METODOLOGIA

A pesquisa sobre a pastoral da Criança, de natureza qualitativa, foi realizada junto a aproximadamente dez voluntários e cinco dirigentes da Pastoral da Criança na cidade de Santos, estado de São Paulo. Com o intuito de apreender a dinâmica organizacional e os reflexos sociais da intervenção da Pastoral da Criança, a pesquisa priorizou a observação participante e entrevistas não diretivas.

A abordagem qualitativa, segundo Goldenberg (2003:49), “não se preocupa em fixar leis para se produzir generalizações. Os dados da pesquisa qualitativa objetivam uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social”. Essa abordagem pretende “dar conta dos fenômenos complexos da singularidade dos fenômenos que não podem ser identificados por questionários padronizados”. Nesse sentido, a observação participante proporciona a captação dos comportamentos no momento em que eles se produzem em si mesmos, sem a mediação de um documento ou de um testemunho (QUIVY e CAMPENHOUDT, 1995:196). Nas entrevistas o investigador, ao interagir com o entrevistado, atua como um facilitador na obtenção das informações. Quando bem conduzida, a entrevista “traz informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados” (1995:192).

As entrevistas com voluntários e dirigentes tiveram como objetivo conhecer a organização, o processo de tomada de decisão e o papel de cada membro. A partir do discurso dos voluntários, propõe entender o trabalho da Pastoral da Criança e a importância da reativação de vínculos intra-familiares e comunitários.

A observação participante ocorreu em reuniões, conselhos e capacitações. A apreensão do dia-a-dia do trabalho se deu na “Celebração da Vida” ou “Dia do Peso”. Nessas comemorações pôde-se conversar com os líderes comunitários, com as mães das crianças, e também ver como funcionam os instrumentais utilizados pela Pastoral da Criança (Caderno do Líder, balança, Cartão da Criança, entre outros). Outro momento de integração com os líderes foram as Reuniões de Reflexão e Avaliação Nelas a Coordenação recolhe as Fabs (Folha de Acompanhamento de Avaliação Mensal das Ações Básicas de Saúde e Educação da Comunidade) e faz um balanço do mês. Cada líder avalia seu próprio trabalho, esclarece dúvidas e recebe novas informações.

Durante a intervenção foram colhidas, junto aos voluntários, informações sobre participação, vínculos familiares, cooperação, transformação social entre outras dimensões do capital social.

#### 5. PASTORAL DA CRIANÇA

A missão da Pastoral da Criança é de ver a realidade, aproximar-se das pessoas para escutá-las e compreendê-las; missão de iluminar a



realidade e com a luz da Palavra, transformar sinais de morte em sinais de vida, criando um ambiente de fé, de fraternidade e partilha. (folheto de treinamento, Mimeo)

O capital social tem seu valor potencializado quando o raio de confiança é expandido para fora do círculo familiar. Contudo, nas sociedades modernas, nas quais são valorizados o individualismo e a liberdade, depara-se com uma situação delicada: não há mais tanta cooperação dentro a família, fazendo com que o capital social intra familiar seja fraco. A educação e socialização da criança e do adolescente devem ser funções a serem desempenhadas pela família. Se no ambiente familiar a cooperação, o respeito a regras e normas e o cultivo dos valores não são práticas comuns, onde a criança irá aprender sobre tais conceitos?

Hoje há organizações que atuam no campo social e que divulgam a cultura de paz e de cooperação entre as famílias por meio de ações educativas. A Pastoral da Criança, uma organização da sociedade civil, está presente, especialmente, nas periferias das grandes cidades e nos bolsões de pobreza e miséria. Trabalha na capacitação de líderes comunitários, residentes da própria comunidade, para mobilização das famílias nos cuidados com os filhos, na prevenção de doenças, e na importância do pré-natal.

Sua metodologia sustenta-se na idéia de que “a solução dos problemas sociais necessita da solidariedade humana, organizada e animada em rede, com objetivos definidos, e que o principal agente de transformação são as lideranças das comunidades pobres e miseráveis”. Na Pastoral da Criança, mais de 90% dos voluntários são mulheres pobres, o que reforça o seu envolvimento na mudança social. Ao transformar suas próprias famílias e comunidades, elas realizam uma verdadeira revolução, resgatando valores e práticas de valorização da vida. “Fazendo a união entre a fé e o compromisso social, a Pastoral da Criança organiza as comunidades em torno de um trabalho de promoção humana no combate à mortalidade infantil, à desnutrição, à violência doméstica e à marginalidade social” ([www.pastoraldacrianca.org.br](http://www.pastoraldacrianca.org.br)).

O objetivo principal é a organização da comunidade e a capacitação dos líderes voluntários que ali vivem em torno da tarefa de orientar e acompanhar as famílias vizinhas, para que elas se tornem sujeitos de sua própria transformação pessoal e social.

O líder comunitário assume a responsabilidade de acompanhar a criança e a mãe desde a gestação até os seis anos. São instruídos a não esperar de forma passiva que as famílias venham procurá-los, mas sim que saiam em campo pela comunidade em que residem a fim de procurar crianças e gestantes que necessitam de apoio e acompanhamento. Um líder atende no máximo a quinze famílias, tornando a relação mais próxima e íntima. Ao incentivar esse tipo de comportamento, a Pastoral da Criança desperta em seus voluntários protagonismo e a proatividade. Os voluntários também vistos como agentes de transformação social pois têm nas mãos um instrumental e um conhecimento que transforma, além de famílias e comunidades, a si próprios.

A Pastoral da Criança proporciona duas possibilidades de crescimento de estoques de capital social. Primeiro, quando mobiliza voluntários de uma localidade em torno de um trabalho sócio assistencial, e, em segundo lugar, quando observa-se o objetivo da organização, a mobilização da família nos cuidados com a criança e com a gestante. Se de um lado a Pastoral da Criança mobiliza a comunidade em prol de um objetivo, por outro, ela desperta o espírito de ajuda-mútua dentro de famílias, que, por sua vez, devido a inúmeros fatores sociais, culturais ou econômicos, encontram-se fragilizadas e desestruturadas. Portanto, a

Pastoral procura ensinar à comunidade o cuidado a si mesma, alertando para a importância do fortalecimento dos vínculos familiares e ensinando sobre saúde, educação e cidadania.

O trabalho do líder comunitário é basicamente de monitoramento. Ele observa a criança e a gestante e toma nota em um caderno especialmente criado para esse fim, chamado Caderno do Líder. Nele constam indicadores sobre nutrição, saúde e acompanhamento médico tanto da gestante como da criança e sobre o desenvolvimento físico, social e psicomotor da criança, que são os “Indicadores de Oportunidades e Conquistas”. O líder também ensina a mãe como cuidar da criança e quais os “Fatores de Risco” que devem ser observados e evitados (PASTORAL DA CRIANÇA, 2003:248). Os líderes afirmam que com o Guia e com o Caderno do Líder conseguem visualizar melhor os problemas da família e também apontar as soluções possíveis.

Nas visitas domiciliares, o líder comunitário sempre vai acompanhado por outro líder ou por um coordenador. Enquanto um conversa com a mãe, o outro pode observar a casa, as crianças, os outros moradores, enfim, fazendo uma análise do ambiente. O primeiro coleta as informações da situação de saúde relatadas pela mãe.

Observou-se, durante a intervenção junto aos voluntários, que o trabalho de ensinar as mães a cuidar de seus filhos até pouco tempo era função da família. Quando uma mulher engravidava, sua mãe, avó ou qualquer outra mulher da família tinha a função de zelar da gestante e de lhe ensinar como cuidar do bebê. Em alguns casos, dependendo da localidade, o parto era realizado por uma parteira que geralmente era alguém da vizinhança. O pai da criança e o avô tinham como obrigação fornecer segurança física e financeira. Atualmente a maioria dessas funções foi delegada a terceiros. Hoje existem serviços que suprem as obrigações familiares. Postos de saúde, clínicas médicas ou hospitais, creches, escolas fazem com que pais e avós, principalmente nas famílias mais pobres, não se sintam mais obrigados a cumprir a função de proteção à família.

Outro problema levantado pelos líderes da Pastoral da Criança se refere às dificuldades com a gravidez precoce, mães ainda adolescentes. Elas relatam que a família dificilmente aceita a situação e acaba expulsando a menina grávida de casa. Uma das tarefas do líder é de reintegração da gestante ao seio familiar. Uma constatação dos próprios líderes é que, antigamente, as mulheres também tinham filhos quando adolescentes, não caracterizando a maternidade precoce como um problema de saúde, mas sim como um problema social. A diferença é que antigamente as gestantes contavam com o apoio da família.

Todas essas observações demonstram o grau de enfraquecimento da coesão familiar. A mãe não tem vínculos de comprometimento com a filha e a família convive em um ambiente que não inspira segurança ou confiança. Quando questionado por que as mães-avós agem dessa forma com as filhas, a resposta recebida foi que essa mãe-avó também não recebeu nenhum tipo de instrução a esse respeito. Portanto, conclui-se que se trata de uma desculturação social, onde as pessoas, através dos anos, estão se esquecendo o que é cooperar e como é importante preservar os laços familiares.

A construção do quadro de desestruturação familiar da sociedade contemporânea é decorrente de um processo histórico de violência, desrespeito, miséria, fome, abandono, corrupção entre outras mazelas. Essa é a estrutura que formou o pai e a mãe ontem e que são os responsáveis pela formação da criança de hoje. Recuperar essa família é urgente. Não se tem a ilusão de que tudo se resolverá nessa geração, mas há a certeza de que a semente foi lançada e já está começando a germinar.

As diretrizes do trabalho do voluntário da Pastoral da Criança se resumem em cinco passos: Ver, Julgar, Agir, Avaliar e Celebrar. “VER e JULGAR como está a situação das

crianças e gestantes da sua comunidade. Isso torna possível planejar como AGIR para tentar mudar essa situação. E também AVALIAR e CELEBRAR cada progresso alcançado” (PASTORAL DA CRIANÇA, 2003:253 *grifos do original*). Em conversas informais com líderes comunitários, foram relatados alguns casos de atendimentos, dificuldade em conseguir novos voluntários e de se obter a confiança e a assiduidade das mães: “Muitas mães têm ‘preguiça’ de vir ao dia do peso ou não acreditam que no trabalho da Pastoral. Apenas querem receber a ‘multimistura’”. Certa vez, uma líder relatou uma situação na qual a mãe, para não sentir fome, dormia até tarde, e fazia com que os filhos também dormissem pois, ficando menos tempo acordados, comeriam menos. A partir dessa constatação, a líder, utilizando os ensinamentos da organização, passou a primeiro analisar a fundo a situação da família para depois fazer os julgamentos.

Os conhecimentos multiplicados pelos atores da Pastoral da Criança são aparentemente simples, mas de extrema importância para se criar uma base de capital social forte e segura: a estruturação da família. A comprovação de que os esforços não são em vão é a grande quantidade de mães que se tornaram líderes comunitários.

Nos treinamentos oferecidos aos voluntários da Pastoral da Criança são reforçados os conceitos de transformação social, cidadania, de protagonismo e de pró-atividade inerentes ao trabalho do agente da Pastoral. O fortalecimento da família e fazer com essa mãe seja também um agente de mudança, propicia um ambiente fértil para a propagação do capital social. Todavia, a transformação da comunidade depende da boa vontade dos moradores e da pré-disposição dos atores de cada localidade. A proposta e a metodologia de trabalho oferecidos pela instituição oferecem instrumental mais do que suficiente para que se colham bons resultados, mas nada nem ninguém será transformado se a comunidade não fizer a sua parte.

Outra questão levantada é se a ação da Pastoral da Criança consegue transformar as famílias fazendo com que o raio de confiança seja estendido para fora dela. Essa dinâmica pode ser vista mais claramente nos depoimentos dos voluntários. Todos afirmam que aprenderam muito sobre participação, cooperação e ajuda ao próximo depois que se tornaram líderes comunitários. Afirmam que tornaram pessoas mais conscientes da situação da sua comunidade e a convivência familiar tornou muito mais agradável.

Tem-se então dois tipos de transformação. A primeira é a do voluntário, que recebe o treinamento de líder comunitário e começa o trabalho de reconhecimento no seu bairro, indo em busca de gestantes e crianças para serem atendidas. As informações que recebe servem também para serem aplicadas em sua vida em família, com amigos e vizinhos. O líder firma novas parcerias e forma novos vínculos. Ele, enquanto agente de mudança, começa a transformação em si mesmo.

A segunda transformação acontece na família que é atendida. Ela está geralmente em situação mais precária do que a família do líder comunitário. Precisa de mais atenção, frequentemente enfrentado problemas com violência, drogas, fome, desemprego, entre outros, o que remete a pergunta feita desde o início: se a família é a fonte mais importante de capital social, onde aprender sobre cooperação, se dentro da família ela praticamente inexistente? Uma comunidade formada predominantemente por famílias com esse perfil tem pouco ou quase nenhum capital social.

Muitas vezes o líder não é aceito pela família de imediato. Só depois de muita insistência, meses ou anos de tentativas e diálogos é que começa o acompanhamento das crianças. Aqui pode-se perceber que o nível de desconfiança é tanto que até quem chega para ajudar é recebido com receio. Felizmente, geralmente o líder é bem aceito pela comunidade. São chamados, tanto pelas crianças como pelos mais velhos, carinhosamente pelo apelido de “Tio” ou “Tia” da Pastoral. A identificação (camiseta e crachá), somados à reputação pessoal

e da organização, faz com que os líderes consigam ter acesso inclusive às áreas de maior violência.

Depois de aceitar a intervenção do líder comunitário, a família atendida vai receber informações sobre como cuidar de suas crianças, e por consequência vão passar a olhar uns para os outros com mais atenção. O líder da Pastoral da Criança monitora a gestante e a criança e ensina a família a fazer o mesmo, fortalecendo as competências familiares. Uma criança que cresce em um ambiente saudável será, conseqüentemente, um adulto mais saudável física e socialmente.

Responder se a Pastoral da Criança consegue despertar as famílias atendidas para a importância da ajuda-mútua não é tarefa fácil, dada a diversidade de famílias e a precariedade em que vivem. Acredita-se que o exercício de mobilização dos voluntários dentro das comunidades avança em muito nessa direção e que a quantidade de mães que entendem a relevância desse trabalho e se tornaram voluntárias, indicando uma resposta positiva.

## CONCLUSÃO

A prevalência de vínculos fortes é expressão da coesão familiar e a ampliação do raio de confiança, isto é, a disseminação de vínculos fracos fora da família, favorece a expansão de capital social. A prática das chamadas “virtudes sociais” produzem ganhos materiais e sociais aos indivíduos que se propõem a cultivar essas atitudes. Contudo, hoje, principalmente entre famílias de comunidades pobres, que convivem diariamente com falta de oportunidade, violência, drogas, miséria, fome, lixo entre outros tantos problemas, torna-se difícil acreditar que isso seja possível. Os vínculos intra familiares tornam-se fracos, reproduzindo relacionamentos, tanto internos quanto externos ao círculo familiar, ainda mais fracos. As pessoas não conseguem se ver como sujeitos de possibilidades, mas sim como reprodutores da miséria que os assola há gerações.

O papel de reativação dos vínculos familiares e de mobilização de comunidades feito pela Pastoral da Criança vai muito além da redução da mortalidade infantil. Por meio de ações aparentemente simples, como por exemplo o cuidado com as crianças, a instituição consegue aumentar o capital social em sua base: a família.

Concomitantemente, no exercício de mobilização de uma rede de atores e organizações em prol da ajuda às mães e às crianças, a Pastoral da Criança faz com que o raio de confiança das relações comunitárias seja ampliado. São chamados a participar voluntários, mães, vizinhos, comerciantes, religiosos, poder público, iniciativa privada e outras organizações da sociedade civil.

O trabalho de capacitação dos voluntários envolve a dimensão comunitária, a importância da participação e a cooperação para o alcance de resultados positivos. Inclusive no trabalho junto às famílias os voluntários são aconselhados “fazer com” e nunca “fazer por”. Isto é, mostrar para a família que ele está à disposição para ajudá-la a solucionar seus problemas, mas que sem a co-participação não se chegará a lugar algum.

A organização intervém na base estrutural social: a família, por isso sua importância para a transformação social e aumento do capital social. O líder informa, ensina a família a cuidar e olhar para suas gestantes e crianças. Ensina a família a estimular a criança, a observar o crescimento e os avanços de seus filhos. Ao observar o progresso da criança, a mãe passa a acreditar em um futuro diferente para si também. Olhar e cuidar não são nada mais que a

reativação dos vínculos intra familiares. Estão sendo criados, ou incentivados, relacionamentos positivos que, possivelmente, produzirão externalidades positivas.

Pessoas que fazem parte da rede que a organização consegue mobilizar são incentivadoras de capital social. A organização multiplica conhecimentos, desperta atitudes, utiliza as competências pré-existentes, mostra por meio de exemplos de outras localidades que o trabalho é viável e que a cooperação e a atenção com o próximo proporciona um ambiente para desenvolvimento social e econômico. Mas são as pessoas que irão se movimentar e se transformar de sujeitos passivos para cidadãos ativos, transformadores de si mesmos e de suas comunidades.

Os relatos dos voluntários revelam a complexidade da realidade vivida pelas comunidades carentes na cidade de Santos, bem como a dificuldade encontrada na realização da proposta da organização. Contudo, seguem perseverantes, pois já presenciaram muitas mudanças, e querem ver sua comunidade se transformar.

Por fim, a Pastoral da Criança revela-se como um meio de fortalecer os vínculos familiares, mas a eficácia dessas relações para a construção de uma sociedade mais coesa e solidária dependerá da disponibilidade da comunidade em se animar em rede.

## **BIBLIOGRAFIA**

- BOURDIEU, P. (1980) “Capital social. – Notas provisórias” in NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (orgs.) (1998) Escritos de educação. Petrópolis: Editora Vozes.
- CAPRA, F.(1996) A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Editora Cultrix.
- CARDOSO , F. M. C. B.; GUIMARÃES, L. de O. (2005) *Cluster* de Saúde de Ceres – GO: um resgate do seu processo de formação e Expansão Anais Enanpad 2005.
- CASTELLS, M. (1999) A sociedade em rede: A era da informação: economia, sociedade e cultura, vol. 1, Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- CEPAL (1998), La brecha de la equidad. Santiago de Chile: CEPAL
- COLEMAN, J. S. (1994) Foundations of social theory. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press.
- DOWBOR, L. (2002) Parcerias e alianças: o bom senso na gestão social: Uma abordagem conceitual das políticas para crianças e adolescentes, São Paulo: s/ed.
- FRANCO, A. de (2004) Capital social e desenvolvimento local. Disponível em <http://www.capitalsocial.org.br/v2/artigos/conteudo.php> , 06/08/2006, às 23h.
- FUKUYAMA, F. (2000) A grande Ruptura: A natureza humana e a reconstituição da ordem social, Rio de Janeiro: Rocco.
- GOLDENBERG, M. (2003) A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Editora Record.
- GRANOVETTER, M. (1973) The strenght of weak ties. In: American Journal of Sociology, Vol. 78, No. 6, 1360-1380. May, 1973, Stanford.
- KLIKSBERG, B. (2001) Falácias e mitos do desenvolvimento social, São Paulo: Ed.Cortez/Unesco.
- MILLANI, C. (2005) Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: Lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/>, acessado em 25/06/2006, às 18h.
- PASTORAL DA CRIANÇA (2003) Guia do Líder da Pastoral da Criança, Curitiba: s/ed.

- PNUD (2003) Relatório do desenvolvimento Humano, 2003. Disponível em <http://www.pnud.org.br/rdh/integras/index.php?lay=inst&id=fuld#rdh2003>. acesso em 01/04/2007).
- PUTNAM, Robert. (1996) Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, J. L. (1995) Manual de Pesquisa em Ciências Sociais. Porto: Ed. Gadiva.
- [www.pastoraldacrianca.org.br](http://www.pastoraldacrianca.org.br).